

## EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE PROJETOS MUNICIPAIS PARA FINANCIAMENTO PELO FUNDIF Nº 01, DE 11 DE MARÇO DE 2024

A SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEDESE, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei nº 14.086, de 06 de dezembro de 2001, e Lei nº 23.304, de 30 de maio de 2019, e considerando a sua finalidade de deliberar sobre as diretrizes, políticas e ações que viabilizem a efetivação dos objetivos do FUNDO ESTADUAL DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS - FUNDIF, bem como, sobre a forma de destinação e sobre a devida aplicação dos seus recursos, torna público o presente CHAMAMENTO PÚBLICO, com a finalidade de selecionar projetos para financiamento pelo FUNDIF, mediante as condições estabelecidas neste edital.

## 1. DO OBJETO DO CHAMAMENTO PÚBLICO

1.1. Constitui objeto do presente chamamento público a seleção de projetos que versem sobre a proteção e reparação, por meio da promoção e/ou recuperação de bens e interesses difusos e coletivos indicados nos eixos temáticos I e II, conforme detalhamento do Anexo I, com recursos do Fundo Estadual de Defesa de Direitos Difusos - FUNDIF.

1.2. Nos termos do art. 1º, da Lei nº 14.086, de 06 de dezembro de 2001, o FUNDIF tem por objetivos:

1.2.1. Promover a reparação de danos causados ao meio ambiente, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e a outros bens ou interesses difusos e coletivos, bem como ao consumidor, em decorrência de infração à ordem econômica;

1.2.2. Aplicar recursos na recuperação de bem, na promoção de evento educativo e científico e na edição de material informativo especificamente relacionado com a natureza da infração ou do dano causado, assim como na modernização administrativa de órgão público responsável pela execução de política de defesa de direitos difusos.

1.3. Entende-se por direitos difusos e coletivos aqueles definidos no art. 81, da Lei nº 8.078/1990:

1.3.1. Interesses ou direitos difusos, assim entendidos, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato;

1.3.2. Interesses ou direitos coletivos, assim entendidos, os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base.

## 2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar do presente chamamento público órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta municipal, responsável pela elaboração, pela criação, pela implantação e/ou pela execução de projeto ou programa de recuperação, reconstrução, restauração, proteção e/ou defesa de bem ou direito difuso, nos termos do art. 2º, inciso I, da Lei nº 14.086, de 06 de dezembro de 2001.2.2. Ficam impedidos de participar do presente chamamento público interessados que tenham como membro dos órgãos deliberativos agente político, de qualquer esfera governamental e de qualquer dos Poderes instituídos, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

## 3. DOS RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS À EXECUÇÃO DAS PROPOSTAS SELECIONADAS

3.1. Para a execução das propostas selecionadas no âmbito deste edital, está previsto valor total de R\$ 3.304.548,00, contemplado na ação orçamentária do Fundo Estadual de Direitos Difusos - Fundif para o exercício financeiro de 2024.

3.2. Cada proposta habilitada, caso selecionada, poderá receber recursos financeiros, assim classificados:

3.2.1. No montante mínimo de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), caso a proposta seja somente para despesas de custeio.3.2.2. No montante mínimo de R\$100.000,00 (cem mil reais), caso a proposta seja somente para despesas de capital.3.2.3. No montante mínimo de R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais), caso a proposta seja para despesas de capital e custeio.

3.3. A planilha de custos apresentada pelo proponente, na ficha de inscrição do Anexo II, deve ser compatível com o objeto proposto e valor de mercado, devendo ser comprovada no caso de pactuação de convênio, conforme Resolução Conjunta Segov/Age nº 001/2021 (Anexo VI) e demais parâmetros legislativos aplicáveis.

3.4. A contrapartida é obrigatória para os municípios e possui percentual mínimo de 0,5%, 1%, 5% ou 10% conforme disponibilizado mensalmente no site do Sigecon-MG pelo sítio eletrônico: <http://www.sigeconsaida.mg.gov.br/convencios-2/contrapartida>.3.5. O repasse do recurso financeiro será feito por meio de celebração de convênio entre o Estado de Minas Gerais e o proponente selecionado.3.6. As propostas habilitadas e classificadas serão contempladas até o limite do recurso financeiro disponível para esta finalidade, atendendo ao Plano de Aplicação de recursos do Fundo devidamente aprovado pelo CEDIF e publicado no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.3.7. Dentro do prazo de validade do presente chamamento público, novos valores de recursos financeiros poderão ser alocados para financiar os projetos classificados e que, segundo a hierarquização de pontuação, não foram contemplados com o recurso orçamentário e financeiro disponível, definidos de acordo com a conveniência e oportunidade da SEDESE e aprovados pelo CEDIF, para atender aos projetos deste chamamento público.

## 4. DAS ETAPAS DO CHAMAMENTO PÚBLICO

4.1. O processo de chamamento será realizado em seis etapas, as quais são: I - Envio dos projetos, acompanhados da documentação exigida por este edital, conforme item 5.11 - Análise quanto à habilitação dos projetos, segundo os critérios eliminatórios conforme item 6, do presente edital, pela SEDESE.III - Publicação do resultado da análise dos projetos em relação aos critérios eliminatórios, que serão denominados como HABILITADOS ou NÃO HABILITADOS.IV - Avaliação dos projetos pela Comissão de Avaliação de Projetos, observados os requisitos e critérios definidos neste edital e o barmã disposto no Anexo III.V - Publicação do resultado da seleção dos projetos classificados, hierarquizados conforme pontuação e caracterizados quanto à aptidão de recebimento de recursos, em razão do limite do valor do recurso financeiro previsto a ser executado no âmbito deste Edital.VI - Encaminhamento dos documentos previstos no Anexo VI, pelos proponentes aptos a receber recursos, em atendimento a legislação.

## 5. DA FORMA E PRAZO DE INSCRIÇÃO

5.1. Deverão ser encaminhados em até 30 dias corridos após a data de publicação deste edital, os documentos especificados no item 5.9, através do Sistema Eletrônico de Informações - SEI.

5.1.1. O proponente deverá entregar todos os documentos previstos neste edital exclusivamente em meio digital, através de petição tipo "NOVO" - Edital 01/2023 - FUNDIF.

5.2. Conforme Resolução Segpl nº 106, de 19 de dezembro de 2018, o representante legal do proponente que não possuir cadastro de usuário externo no SEI deverá se cadastrar no link <https://suporte.social.mg.gov.br/plugins/formcreator/front/formdisplay.php?id=18>.

5.2.1. Aos usuários que tenham dúvidas se existe cadastro vinculado ao seu CPF ou CNPJ, devem entrar em contato com a equipe SEI/SEDESE por meio do e-mail [seinforma@social.mg.gov.br](mailto:seinforma@social.mg.gov.br) ou pelo telefone (31) 3916-7882 para verificação do cadastramento e evitar a geração de cadastro em duplicidade.

5.3. O proponente deverá estar cadastrado e habilitado para uso do SEI com antecedência mínima de 24 horas antes do prazo final para envio da proposta.

5.4. Não serão considerados, para fins de avaliação da proposta por parte da Comissão de Avaliação de Projetos, documentos diversos dos que foram solicitados neste edital.5.5. É vedado o envio de processo no SEI, contendo os documentos previstos neste edital, fora do prazo de elaboração da proposta e entrega dos documentos, sob pena de ELIMINAÇÃO DA PROPONENTE do presente processo de seleção pública.5.6. O número do processo SEI, contido no Recibo Eletrônico de Protocolo, representará a respectiva inscrição e confirmação da participação no processo.5.7. Para fins de controle do período de inscrição será considerada a data e hora do petição no SEI, contido no Recibo Eletrônico de Protocolo, que é gerado após a devida assinatura do documento.5.8. As inscrições de propostas realizadas depois das 23 horas, 59 minutos e 59 segundos do prazo estipulado nesse edital como final não serão aceitas.5.9. Deverão ser apresentados os seguintes documentos no Processo SEI:

5.9.1. Proposta técnica, de acordo com o formulário contido no Anexo II;5.9.2. Decreto de Competências ou documento oficial similar que comprove que o órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta municipal é responsável pela elaboração, pela criação, pela implantação e/ou pela execução de projeto ou programa de recuperação, reconstrução, restauração, proteção ou defesa de bem ou direito difuso, nos termos do art. 2º, inciso I, da Lei nº 14.086, de 06 de dezembro de 2001.

## 6. DA HABILITAÇÃO DOS PROJETOS

6.1. A SEDESE procederá à verificação da documentação apresentada pelos proponentes, observando se foram cumpridos os requisitos preliminares para habilitação previstos no item 6.2, do presente chamamento público.6.2. Serão habilitados para avaliação apenas os proponentes que encaminharem, dentro do prazo previsto neste edital, toda a documentação solicitada no item 5.9, devidamente preenchida e assinada, cumprindo os seguintes requisitos:

6.2.1. Comprovação de que o órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta municipal é responsável pela elaboração, pela criação, pela implantação e/ou pela execução de projeto ou programa de recuperação, reconstrução, restauração, proteção e/ou defesa de bem ou direito difuso, nos termos do art. 2º, inciso I, da Lei 14.086, de 06/12/2001;6.2.2. Valor financeiro da proposta atendendo aos mínimos estipulados no item 3.2.

## 7. DA COMISSÃO DE SELEÇÃO DE PROJETOS

7.1. A Comissão de Avaliação de Projetos será instituída por resolução do CEDIF, em conjunto com outras Secretarias de Estado, se for o caso, com as competências e atribuições nele estabelecidas.7.2. A Comissão de Avaliação de Projetos receberá apenas as propostas consideradas habilitadas para realizar a avaliação.7.3. Ficam impedidos de participar da Comissão de Avaliação de Projetos parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, de até segundo grau dos participantes do chamamento público.

## 8. DA AVALIAÇÃO DO CONTEÚDO DOS PROJETOS

8.1. A Comissão de Avaliação de Projetos fará a análise do conteúdo dos projetos considerando os critérios de avaliação descritos no Anexo III.8.2. Serão avaliadas apenas as propostas habilitadas, conforme critérios avaliativos descritos no Item 6.2 deste edital.8.3. Caso duas ou mais propostas obtenham a mesma pontuação, conforme os critérios de avaliação, será utilizado como critério de desempate a proposta com maior valor de contrapartida, além do mínimo legal. Persistindo o empate, será utilizado como critério de desempate, a proposta com maior relevância, considerando os itens "Justificativa", "Público Alvo" e "Situação-problema a ser resolvida".8.4. A Comissão de Avaliação de Projetos deverá emitir parecer, para cada projeto inscrito, contendo a pontuação do projeto, conforme critérios apresentados no barmã (Anexo III);8.5. Os pareceres, de que trata o item 8.4, serão emitidos por, no mínimo, 03 (três) integrantes da Comissão de Avaliação de Projetos.

8.6. Os integrantes da Comissão de Avaliação de Projetos poderão debater entre si, para sanar dúvidas e/ou alinhamento de entendimento quanto aos projetos em análise individualmente e não comparativamente a outros projetos.

8.7. A SEDESE prestará apoio técnico aos trabalhos da Comissão de Avaliação de Projetos.

8.8. Os pareceres técnicos dos projetos classificados emitidos pela Comissão de Avaliação de Projetos serão submetidos ao Plenário do CEDIF para aprovação final.

## 9. DO RESULTADO

9.1. A relação das propostas HABILITADAS e NÃO HABILITADAS, será divulgada no Diário Oficial Eletrônico Minas Gerais, constituindo marco temporal para o início da contagem do prazo de 10 dias corridos para interposição de recursos, conforme cronograma previsto neste edital (Anexo IV).

9.2. A relação das propostas CLASSIFICADAS e NÃO CLASSIFICADAS, será divulgada no Diário Oficial Eletrônico Minas Gerais contendo o nome do município, órgão governamental proponente, CNPJ, nome do projeto e valor, constituindo marco temporal para o início da contagem do prazo de 10 dias corridos para interposição de recursos, conforme cronograma previsto neste edital (Anexo IV).

9.3. As propostas CLASSIFICADAS serão hierarquizadas conforme pontuação e identificadas quanto à aptidão de recebimento de recursos, dentro do limite do recurso financeiro previsto no âmbito deste edital, conforme item 3.

## 10. DAS PROPOSTAS SELECIONADAS

10.1. Os proponentes selecionados nos termos deste edital deverão reunir a documentação necessária para celebração de convênio em até 15 (quinze) dias da publicação do resultado.10.2. Caso o selecionado não apresente a documentação necessária, será convocado o próximo classificado.10.3. Na hipótese do item 10.2, a proposta selecionada poderá ser novamente chamada a apresentar a documentação, a depender de disponibilidade orçamentária e financeira e/ou ausência de outros classificados aptos a receber recursos, por decisão do Conselho Estadual de Direitos Difusos - CEDIF.

## 11. DAS IMPUGNAÇÕES, RECURSOS E ESCLARECIMENTOS

11.1. Eventuais impugnações do edital e/ou apresentação de recursos em face do resultado previsto no item 9 deverão ser encaminhadas para a Presidência do CEDIF e petições eletronicamente, tipo "Petição Intercorrente", através do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, em até 10 dias corridos a partir da publicação do edital, conforme cronograma previsto neste edital (Anexo IV).

11.2. Eventuais pedidos de esclarecimentos, decorrentes de dúvidas na interpretação do edital e de seus anexos, deverão ser encaminhadas para a Presidência do CEDIF peticionados eletronicamente, tipo "Petição Intercorrente", através do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, em até 10 dias corridos a partir da publicação do edital, conforme cronograma previsto neste edital (Anexo IV).

11.3. Pedidos de esclarecimentos não alteram ou postergam a data final para envio das inscrições.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

12.1. Cada município poderá encaminhar até 02 (dois) projetos para seleção, desde que em eixos temáticos diferentes (Anexo I).

12.1.1. Em caso de apresentação de mais de um projeto, o petição deverá ser realizado por projeto, gerando um recibo eletrônico por projeto apresentado.

12.2. Poderão ser apresentadas propostas para financiamento de projetos executivos vinculados aos eixos temáticos do Anexo I.12.2.1. Os projetos executivos a que se referem o item 12.2 devem objetivar conter as informações técnicas necessárias e suficientes para a realização do empreendimento, contendo de forma clara, precisa e completa todas as indicações e detalhes construtivos para a instalação, montagem e execução dos serviços e obras do projeto, devendo seguir as normas definidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), bem como, a depender das peculiaridades do projeto, podem conter cumulativamente ou não, propostas de projeto básico, estudos de viabilidade técnica e econômica, levantamento topográfico, sondagem, projeto de instalações elétrica, hidráulica, dentre outros.12.3. O cronograma pode ser alterado por conveniência e oportunidade da Administração Pública.12.4. O ato de enviar o projeto para participação do edital pressupõe a plena concordância do requerente com as condições e os termos integrais deste Edital.12.5. O proponente é responsável, ainda, pela veracidade das informações prestadas, sujeitando-se às sanções civis, penais e administrativas cabíveis em decorrência de prestação de informações falsas.12.6. A qualquer momento, o presente edital poderá ser revogado ou anulado, no todo ou em parte, seja por decisão unilateral da SEDESE, seja por motivo de interesse público ou exigência legal, sem que isso implique direito à indenização ou reclamação de qualquer natureza.12.7. A eventual seleção da proposta apresentada devidamente habilitada e selecionada nos termos do presente edital não gera direito subjetivo à futura celebração do convênio de saída referenciado neste instrumento.12.8. A critério da SEDESE, caso venha a ser iniciado o procedimento administrativo cabível para a formalização do referido convênio de saída, a sua efetiva celebração dependerá de prévia análise técnica e jurídica por parte dos órgãos competentes, em estrita observância aos critérios e requisitos previstos na legislação pertinente.12.9. Nenhuma indenização será devida aos inscritos pela elaboração da proposta ou pela apresentação de documentação exigida no presente Edital.12.10. Este edital tem vigência de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias a contar da sua publicação, podendo ser prorrogado pelo mesmo período a critério da Administração Pública.12.11. Os projetos classificados, mas que não estejam aptos a receber recursos em decorrência da disponibilidade de recursos previstos neste edital poderão ser contemplados com recursos orçamentários e financeiros do Fundo Estadual de Direitos Difusos - Fundif, por conveniência e oportunidade da Administração Pública e decisão do Conselho Estadual de Direitos Difusos - CEDIF, desde que obedçam a ordem classificatória e o prazo de vigência do presente edital.12.12. Os casos omissos serão avaliados pela Presidência do CEDIF.

## 13. DOS ANEXOS

13.1. Integram este edital, independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

13.1.1. Anexo I - EIXOS TEMÁTICOS.

13.1.2. Anexo II - FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DO PROJETO.

13.1.3. Anexo III - BAREMA - CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO.

13.1.4. Anexo IV - CRONOGRAMA.

13.1.5. Anexo V - FORMULÁRIO PARA IMPUGNAÇÕES E RECURSOS.

13.1.6. Anexo VI - CHECKLIST DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A PACTUAÇÃO DE CONVÊNIO.

## ANEXOS DO EDITAL

## ANEXO I

## EIXOS TEMÁTICOS

## EIXO TEMÁTICO I – PROTEÇÃO, PROMOÇÃO E/OU RECUPERAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

a) Ações de Saneamento Básico: elaboração de projetos executivos e/ou execução de projetos para serviços de saneamento em áreas rural e urbana, com foco na universalização dos serviços de saneamento básico, conforme novo marco regulatório.

Objetivo/Fundamentação: fomentar e apoiar a implementação da política de saneamento básico e a adoção dos critérios de universalização estabelecidos pela Lei Federal nº 14.026/2020 (novo marco legal no saneamento básico).

b) Conectividade e Conservação da Água e dos Biomas: projetos que contribuam para a conservação, restauração, recuperação e uso sustentável dos recursos florestais e hídricos, bem como que promovam a conservação e recuperação de nascentes e áreas de preservação permanente, e recuperação de áreas degradadas, além de projetos que contribuam para a conectividade de diferentes espécies de espaços ambientais protegidos e fragmentos de vegetação nativa, excetuando-se as Unidades de Conservação Estadual que já dispõem de fontes de recursos para investimento;

Objetivo/Fundamentação: fomentar ações voltadas à implementação das políticas florestal e de proteção à biodiversidade e a política estadual de recursos hídricos.

c) Promoção do Consumo Sustentável e da Educação Ambiental Voltada Para a Sustentabilidade: projetos que promovam a educação ambiental e o consumo consciente e que valorizem a produção sustentável e o uso ambientalmente adequado dos recursos naturais.

Objetivo/Fundamentação: apoiar a implementação das políticas nacional e estadual de Educação Ambiental.

d) Ações e Projetos de Manejo e Gestão de Resíduos Sólidos: incentivar o gerenciamento dos resíduos sólidos, com foco na destinação ambientalmente adequada.

Objetivo/Fundamentação: apoiar a promoção de ações voltadas à implementação das políticas nacional e estadual de Resíduos Sólidos. (Lei Federal 12.305/2010 e Lei Estadual 18.031/2009).

e) Fortalecimento das Instituições Públicas Envolvidas na Gestão, Fiscalização e Controle Ambiental: projetos que promovam a qualificação administrativa e operacional de órgãos governamentais ligados à gestão ambiental, fiscalização e controle de práticas lesivas ao meio ambiente.

Objetivo/Fundamentação: apoiar a promoção de ações voltadas à modernização institucional e ao aperfeiçoamento da atuação dos órgãos competentes no âmbito municipal.

f) Fauna Doméstica: projetos que promovam a saúde, o bem-estar e a proteção dos animais domésticos dos municípios de Minas Gerais.

Objetivo/Fundamentação: fomentar a implementação das políticas públicas referentes à fauna animal doméstica, com foco no bem-estar, saúde e proteção animal, conforme diretrizes estabelecidas na Lei Estadual nº 21.970/2016.

## EIXO TEMÁTICO II – PROTEÇÃO, PROMOÇÃO E/OU RECUPERAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

a) Salvaguarda de Bens Culturais de Natureza Imaterial: projetos que apoiem comunidades e grupos detentores na realização de ações de manutenção de seus bens culturais de natureza imaterial.

Objetivo/Fundamentação: garantir que grupos e comunidades detentoras por saberes, celebrações, formas de expressão e lugares possam receber condições materiais de produção dos bens culturais visando a sua sustentabilidade, devendo estar acatulado por qualquer ente federativo.

b) Preservação dos Bens Culturais de Natureza Material: elaboração de projetos executivos e/ou execução de projetos que visem a restauração, conservação, requalificação ou manutenção do patrimônio cultural natureza material edificados e naturais, de sítios arqueológicos de sítios urbanos históricos; de acervos de bens móveis e integrados, arqueológicos.

Objetivo/Fundamentação: garantir a manutenção e/ou restauração de bens de natureza material para usufruto e sustentabilidade na contemporaneidade.

c) Educação para o Patrimônio Cultural: projetos que promovam o desenvolvimento de ações e/ou programas educativos, com vistas à preservação, democratização, modernização administrativa e difusão do patrimônio cultural brasileiro.

Objetivo/Fundamentação: promover o intercâmbio entre os agentes públicos, privados e sociedade civil, visando a participação efetiva das comunidades detentoras de referências culturais em ações de proteção, salvaguarda, preservação e promoção do patrimônio cultural.

d) Pesquisa e Documentação de Bens Culturais: projetos que promovam a produção de conhecimento sobre bens culturais de natureza imaterial ou material.

Objetivo/Fundamentação: significar patrimônios culturais.

e) Preservação de Acervos: projetos de conservação, organização, digitalização, gestão eletrônica de documentos e divulgação de acervos de museus, bibliotecas, arquivos, centros de documentação e outras instituições de natureza semelhante, assim como pesquisas de memória e história, relacionadas a esses acervos.

Objetivo/Fundamentação: Garantir o acesso a informações e documentos objetivando atender os interesses da sociedade.

ANEXO II  
FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DO PROJETO

## I. IDENTIFICAÇÃO

Título do projeto

Procure um título criativo, que seja representativo das principais atividades do projeto



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 3202403120032570130.

**2. EIXO TEMÁTICO PRINCIPAL**  
Assinale APENAS UM eixo temático sob o qual a proposta versa prioritariamente

Meio Ambiente

a) Ações de saneamento básico

b) Conectividade e conservação da água e dos biomas

c) Promoção do consumo sustentável e da educação ambiental voltada para a sustentabilidade

d) Ações e projetos de manejo e gestão de resíduos sólidos

e) Fortalecimento das Instituições Públicas envolvidas na gestão, fiscalização e controle ambiental

f) Fauna Doméstica

Patrimônio Cultural

a) Salvaguarda de bens culturais de natureza imaterial

b) Preservação dos bens culturais de natureza material

c) Educação para o patrimônio cultural

d) Pesquisa e documentação de bens culturais

e) Preservação de acervos

**3. ADEQUAÇÃO AO EIXO TEMÁTICO**  
Justifique como o projeto se adequa à descrição do eixo temático assinalado no item anterior, conforme o Anexo I, deste edital.

**4. ADEQUAÇÃO AOS OBJETIVOS DO FUNDIF**  
Justifique como o projeto atende aos objetivos do FUNDIF, nos termos do art. 1º, §1º, inciso I, da Lei nº 14.086/01:  
I – promover a reparação de danos causados ao meio ambiente, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e a outros bens ou interesses difusos e coletivos bem como ao consumidor, em decorrência de infração à ordem econômica;  
II – aplicar recursos na recuperação de bem, na promoção de evento educativo e científico e na edição de material informativo especificamente relacionado com a natureza da infração ou do dano causado\* assim como na modernização administrativa de órgão público responsável pela execução de política de defesa de direitos difusos.  
\*Atenção: A proposição de edição de material informativo só será aceita se houver comprovação da sua relação com infração ou dano ocorrido no município/região.

**5. RELAÇÃO DO ÓRGÃO PROPONENTE COM DIREITOS DIFUSOS**  
Demonstrar que o órgão ou entidade proponente é responsável pela elaboração, pela criação, pela implantação ou pela execução de projeto ou programa de recuperação, reconstituição, restauração, proteção ou defesa de bem ou direito difuso, nos termos do art. 2º, da Lei nº 14.086, de 06/12/2001.

**6. ABRANGÊNCIA DO PROJETO**  
Município e/ou região em que será implementado

**7. PÚBLICO-ALVO**  
Descrever o público beneficiado diretamente e suas características comuns (profissão, residência, cor, gênero, comunidade, faixa etária e especificação de pertencimento a outro grupo sistematicamente violado ou pouco contemplado por políticas públicas), se houver.

**8. SITUAÇÃO PROBLEMA**  
Descrição sucinta e objetiva sobre qual é o problema enfrentado. Não devem ser inseridos aqui a justificativa ou formas de resolução do problema. (Até 5 linhas)

**9. JUSTIFICATIVA**  
A justificativa do projeto deve explicitar por que a realização do projeto contribuirá positivamente para a mudança da situação-problema descrita acima. Nesta parte, o proponente deverá convencer o financiador sobre a relevância do seu projeto e porque a aplicação dos recursos reverterá nos benefícios esperados. (Até 15 linhas)

**10. OBJETIVOS**

**10.1. Geral**  
Deve formular com clareza o que se pretende alcançar, em termos qualitativos. Deve ser sucinto, focado na contribuição que o projeto visa trazer para a solução do problema, ou benefício que o projeto visa gerar. O objetivo geral não deve conter números ou descrição de atividades e/ou etapas. (Até 5 linhas)

**10.2. Específicos**  
Devem detalhar o objetivo geral, dando maior concretude ao que realmente se pretende entregar para a população. Os objetivos específicos também podem representar uma estratégia para o alcance do objetivo geral do projeto. Devem ser claros, mensuráveis, exequíveis, realistas e dentro dos recursos disponíveis.

Objetivo Específico 1

Objetivo Específico 2

Objetivo Específico 3

Objetivo Específico 4

Objetivo Específico 5

Observação: Poderão ser incluídos mais ou menos objetivos específicos.

**11. DESCRIÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DAS METAS**  
Apresentar as metas do projeto, que devem ser tangíveis e mensuráveis, demonstrando as entregas específicas do projeto. Observação: Poderão ser incluídas mais ou menos metas.

METAS

QUANTIDADE

**12. PRAZO DE EXECUÇÃO (EM MESES)**  
Indique em quanto tempo o projeto será executado.

**13. CRONOGRAMA**  
Detalhar o planejamento para a execução do projeto, especificando as etapas e prazos, a fim de garantir que os objetivos do projeto sejam alcançados no período pactuado. Observação: Poderão ser incluídas mais ou menos etapas no cronograma.

ETAPAS	MÊS											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12

**14. VALOR TOTAL DO PROJETO (EM NUMERAL E POR EXTENSO)**  
Identificar o valor total a ser repassado, somando-se o recurso destinado pelo concedente (SEDESE/FUNDIF) e o valor da contrapartida municipal.

RS	Concedente	Contrapartida Municipal
RS		RS

**15. ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA**  
DESPESAS (BENS E SERVIÇOS A SEREM ADQUIRIDOS/ CONTRATADOS)  
Observação: Poderão ser incluídas mais ou menos linhas de itens na estimativa orçamentária

Item	Discriminação da Despesa	Justificativa sobre especificação da despesa	Justificativa sobre a aquisição do bem	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01						
02						
03						
04						
05						
VALOR GLOBAL DO PROJETO						

**16. ÓRGÃO OU ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA OU INDIRETA MUNICIPAL.**

Tipo de Instituição:

( ) Órgão da administração pública direta municipal

( ) Órgão da administração pública indireta municipal

Município:

Nome do Órgão:

Endereço:

Município

Estado

CEP

Telefones de contato

CNPJ

**17. DO REPRESENTANTE LEGAL**

Nome

Endereço

Município

Estado

CEP

Telefones de contato

E-mail

Documentação

Nº. da Identidade

Data da Expedição

Órgão

CPF



## 18. DO REPRESENTANTE TÉCNICO

Nome
Cargo
O coordenador deve ter vínculo funcional/contratual com o proponente
Telefone
E-mail

## 19. ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL

Local e data:
Responsável Legal:
Nome e Registro Profissional

## 20. ASSINATURA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Local e data:
Responsável Técnico:
Nome e Registro Profissional

ANEXO III  
BAREMA - CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO  
FASE DE HABILITAÇÃO

CRITÉRIO DE JULGAMENTO	FORMA DE VERIFICAÇÃO	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO	PONTUAÇÃO
1. Adequação do projeto aos eixos temáticos, estabelecidos no Anexo I.	Campo "Adequação ao eixo temático", item 3, do Anexo II	O projeto está adequado e atende a pelo menos um eixo temático descrito no Anexo I.	Caráter eliminatório
2. Adequação do projeto aos objetivos do FUNDIF, em consonância com a Lei nº 14.086/2001.	Campo "Adequação aos objetivos do FUNDIF", item 4, do Anexo II	O projeto está adequado e atende aos objetivos do FUNDIF, em consonância com a Lei nº 14.086/2001.	Caráter eliminatório
3. Relação do órgão proponente com direitos difusos ou coletivos.	Campo "Relação do órgão proponente com direitos difusos", item 5, do Anexo II	Demonstrou que o órgão proponente é responsável pela elaboração, pela criação, pela implantação ou pela execução de projeto ou programa de recuperação, reconstituição, restauração, proteção ou defesa de bem ou direito difuso, nos termos do art. 2º, da Lei nº 14.086, de 06/12/2001.	Caráter eliminatório

## FASE DE CLASSIFICAÇÃO

CRITÉRIO DE JULGAMENTO	FORMA DE VERIFICAÇÃO	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO	PONTUAÇÃO
1. O projeto possui ampla abrangência, tendo um grande número de beneficiários diretos.	Campo "Abrangência do projeto" e "Público alvo" dos itens 6 e 7, do Anexo II	Atinge comunidades/ grupos sociais sistematicamente excluídos. Não atinge comunidades ou grupos sistematicamente excluídos ou não especificou.	10 pontos 0 ponto
2. Diagnóstico da situação-problema a ser resolvida	Campo "Situação-problema", do item 8, do Anexo II	Identificou o(s) problema(s) a serem enfrentados. Não identificou o(s) problema(s) a serem enfrentados.	10 pontos 0 ponto
3. Informou a justificativa do projeto, de forma clara, coerente e completa.	Campo "Justificativa", do item 9, Anexo II	A justificativa demonstrou, com base no problema exposto, como o projeto pretende solucionar ou contribuir positivamente para a mudança da situação atual. A justificativa demonstrou parcialmente, com base no problema exposto, como o projeto pretende solucionar ou contribuir positivamente para a mudança da situação atual. A justificativa não demonstrou, com base no problema exposto, como o projeto pretende solucionar ou contribuir positivamente para a mudança da situação atual.	10 pontos 5 pontos 0 ponto
4. Descrição adequada dos objetivos e metas do projeto	Campo "Objetivos", do item 10 e "Metas", do item 11, ambos do Anexo II.	As metas apresentadas não são suficientemente claras para o alcance dos objetivos, sendo necessário efetuar algum ajuste, exclusão, inclusão de metas. As metas apresentadas não são suficientes para o alcance dos objetivos.	10 pontos 5 pontos 0 ponto
5. Descrição adequada das etapas do projeto	Campo "Cronograma", do item 13, do Anexo II.	As etapas apresentadas são claras e suficientes e não será necessário nenhum ajuste do Cronograma Físico para exclusão ou inclusão de Etapas; As etapas apresentadas não são suficientemente claras, sendo necessário efetuar algum ajuste do Cronograma Físico para exclusão, inclusão ou ajuste de Etapa.	10 pontos 5 pontos
6. Apresentou itens de despesa relacionados ao projeto.	Campo "Estimativa Orçamentária", do item 15, do Anexo II.	As etapas apresentadas não são claras para entendimento do projeto e do Cronograma Físico. Os itens de despesa previstos estão em consonância com o objeto da proposta. Alguns itens de despesa previstos não estão em consonância com o objeto da proposta, sendo necessária correção e/ou justificativa. Os itens de despesa previstos não são compatíveis com o objeto da proposta.	0 ponto 10 pontos 5 pontos 0 ponto

ANEXO IV  
CRONOGRAMA

Etapas	ATIVIDADE	PRAZO
Envio dos projetos	Período para esclarecimentos, bem como interposição de impugnação sobre o edital	10 dias corridos
	Análise das impugnações e esclarecimentos sobre o edital	5 dias úteis
	Inscrições e envio da documentação exigida e proposta de projeto	30 dias corridos
Habilitação dos projetos	Período para análise da documentação recebida para habilitação	6 dias úteis
	Divulgação das propostas habilitadas e não habilitadas, no Diário Oficial	3 dias úteis
	Período para interposição de recursos sobre a divulgação das propostas habilitadas e não habilitadas	10 dias corridos
Classificação dos projetos e Resultado	Análise dos recursos sobre as propostas habilitadas e não habilitadas	5 dias úteis
	Análise dos projetos habilitados para classificação dos projetos e hierarquização	22 dias úteis
	Publicação, no Diário Oficial, do resultado da classificação e aptidão a receber os recursos dentro do limite orçamentário disponível	2 dias úteis
	Período para interposição de recursos sobre o resultado	10 dias corridos
	Análise dos recursos interpostos ao resultado da seleção	5 dias úteis
Envio de documentação para conveniamento	Publicação do resultado dos recursos e homologação da seleção final	2 dias úteis
	Prazo para o cadastro no SIGCON e envio dos documentos descritos no ANEXO VI	15 dias corridos

ANEXO V  
FORMULÁRIO PARA IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

Identificação do requerente
Município
CNPJ
Telefone com DDD
E-mail
Ato objeto de impugnação ou recurso
Exposição de Motivos

ANEXO VI  
CHECKLIST DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A PACTUAÇÃO DE CONVÊNIO  
Atualizados pelo Anexo VII da Resolução Conjunta Segov/Age nº 001/2021.

CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO DE SAÍDA COM ÓRGÃO OU ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA OU INDIRETA MUNICIPAL
Concedente:
Conveniente:
Proposta de Plano de Trabalho Nº /
Valor do Repasse:

ITEM	RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS
1	Proposta de plano de trabalho preenchida no SIGCON-SAÍDA, assinada eletronicamente pelo representante legal ( <a href="http://saida.convenios.mg.gov.br">http://saida.convenios.mg.gov.br</a> ). Obs. 1: No plano de aplicação da proposta, devem ser registrados: a) No caso de convênio de saída para aquisição de bens, prestação de serviços ou realização de evento, todos os itens de materiais e custos (S-12, E-12 ou A-12); b) No caso de convênio de saída para aquisição de bens, prestação de serviços ou realização de evento, todos os itens de materiais e serviços conforme planilha detalhada de itens e custos (S-12, E-12 ou A-12), sendo permitido o registro de materiais de consumo por grupo de materiais ( <a href="https://www1.compras.mg.gov.br/catalogo/consultaGruposClasseMaterialOuServico.html#">https://www1.compras.mg.gov.br/catalogo/consultaGruposClasseMaterialOuServico.html#</a> ); c) No caso de convênio de saída para execução de reforma ou obra, as macroetapas da planilha orçamentária de custos (RO-17). Obs. 2: No caso de convênio de saída para aquisição de bens, prestação de serviços ou realização de evento que preveja a compra de materiais permanentes, verificar com o concedente se há descrição padronizada de itens a serem adquiridos.
2	Certificado de Registro Cadastral (CRC) Caged ( <a href="http://www.portalcaged.mg.gov.br">http://www.portalcaged.mg.gov.br</a> ), com status regular demonstrando: <input type="checkbox"/> "Situação atual normal" no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI. <input type="checkbox"/> Situação "Inscrito no Cadastro Informativo de Inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas (CADIN-MG)" como "Não".
3	Nos termos dos arts. 92-A do Decreto nº 47.132/2017 e do art. 38-A do Decreto nº 46.319/2013, encontra-se formalizado o acordo entre a Secretaria de Estado de Governo – SEGOV e o Banco do Brasil S.A. para abertura de contas bancárias em nome dos convenientes, OSCs Parcerias e prefeituras beneficiárias de Transferências Especiais. Assim, será realizado procedimento de abertura automática de contas bancárias específicas via Sigcon-MG – Módulo Saída para repasses financeiros de correntes da celebração de convênios de saída, termos de fomento, termos de colaboração e transferências especiais. As contas bancárias serão abertas junto ao Banco do Brasil S.A. após a celebração (assinatura e publicação) dos instrumentos jurídicos na agência bancária mais próxima à sede do conveniente ou OSC Parceria.
4	Declaração de que o Conveniente se responsabiliza por acompanhar a movimentação dos recursos do convênio de saída na Conta Única do Tesouro Nacional com vistas a assegurar a aplicação financeira, bem como a demonstração do nexo de causalidade da receita e despesa na prestação de contas, assinada pelo representante legal (SE FOR UTILIZADA A CONTA ÚNICA DO TESOUREIRO NACIONAL).
5	Cálculo de Contrapartida Mínima ( <a href="http://saida.convenios.mg.gov.br">http://saida.convenios.mg.gov.br</a> )
6	Declaração de que os recursos referentes à contrapartida financeira estão assegurados mediante a existência de saldo orçamentário e indicação da respectiva dotação, assinada pelo representante legal.
7	Página(s) do Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD) em que conste a dotação orçamentária completa, o saldo e o ano vigente.
8	Memória de cálculo da contrapartida não financeira (SE FOR O CASO).
9	Declaração de autenticidade de TODOS os documentos apresentados, assinada pelo representante legal.
10	Declaração de que o conveniente não contratará ou autorizará serviço ou fornecimento de bem de fornecedor ou prestador de serviço inadimplente com o Estado de Minas Gerais, na hipótese de utilização de recursos estaduais, assinada pelo representante legal.
PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇO APRESENTAR TAMBÉM	
S-11	Planilha detalhada de itens e custos do serviço de forma unitária e global, assinada pelo representante legal.
S-12	03 orçamentos do serviço, cada qual contendo o CNPJ ou carimbo da empresa no orçamento ou CPF (no caso de profissionais liberais) com data de emissão nos últimos 6 meses anteriores à data da proposta do plano de trabalho, ou outro parâmetro utilizado para cálculo do custo.
S-13	Detalhamento do projeto do serviço a ser prestado, dependendo da complexidade do objeto, assinado pelo representante legal. Obs.: Solicitar orientação do concedente sobre a necessidade de apresentar o detalhamento.
S-14	Documentação complementar a depender do objeto. Ex.: Alvará de localização e funcionamento do imóvel no qual será executado o serviço de atendimento a beneficiários. Obs.: Solicitar orientação do concedente sobre a necessidade de apresentação de documentos complementares adicionais.
PARA REALIZAÇÃO DE EVENTO APRESENTAR TAMBÉM	
E-11	Planilha detalhada de itens e custos do evento de forma unitária e global, assinada pelo representante legal.
E-12	03 orçamentos do evento, cada qual contendo o CNPJ ou carimbo da empresa no orçamento ou CPF (no caso de profissionais liberais), com data de emissão nos últimos 6 meses anteriores à data da proposta do plano de trabalho ou outro parâmetro utilizado para cálculo do custo.
E-13	Detalhamento do projeto do evento, dependendo da complexidade do objeto, assinado pelo representante legal. Obs.: Solicitar orientação do concedente sobre a necessidade de apresentar o detalhamento.



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 3202403120032570132.



E-14	Documentação complementar a depender do objeto. Ex.: Termo de compromisso de atendimento das exigências da legislação de eventos. Obs.: Solicitar orientação do concedente sobre a necessidade de apresentação de documentos complementares adicionais.
PARA AQUISIÇÃO DE BENS APRESENTAR TAMBÉM	
A-11	Planilha detalhada de itens e custos dos bens de forma unitária e global, assinada pelo representante legal.
A-12	03 orçamentos do(s) item(ns) a ser(em) adquirido(s), cada qual contendo o CNPJ ou carimbo da empresa no orçamento, com data de emissão nos últimos 6 meses anteriores à data da proposta do plano de trabalho ou outro parâmetro utilizado para cálculo do custo.
A-13	Documentação complementar a depender do objeto. Obs.: Solicitar orientação do concedente sobre a necessidade de apresentação de documentos complementares adicionais.
PARA AQUISIÇÃO DE BENS COM INSTALAÇÃO APRESENTAR TAMBÉM	
A-14	Documento que comprove a regularidade do imóvel onde ocorrerá a instalação, conforme item RO-21.
A-15	Planta de localização/croqui, preferencialmente com identificação das coordenadas geográficas do local de instalação do bem.
A-16	Relatório Fotográfico Colorido, identificando claramente o local de instalação do bem, datado e assinado por um servidor do convenente OU pelo engenheiro/arquiteto/técnico em edificações responsável OU pelo representante legal.
A-17	Layouts dos bens distribuídos no local a serem instalados.
PARA REFORMA OU OBRA APRESENTAR TAMBÉM	
RO-11	Planta de localização/croqui, preferencialmente com identificação das coordenadas geográficas do local de realização da reforma ou obra.
RO-12	Relatório Fotográfico Colorido, identificando claramente o local de execução da reforma ou obra, datado e assinado por um servidor do convenente OU pelo engenheiro/arquiteto/técnico em edificações responsável OU pelo representante legal.
RO-13	Projeto básico ou executivo, de acordo com as normas da ABNT, assinado pelo engenheiro/arquiteto/técnico em edificações responsável E pelo representante legal. Obs.: O projeto deverá conter todas as informações da planilha orçamentária de custos.
RO-14	Anotação de responsabilidade técnica registrada no Conselho Regional de Engenharia (ART/CREA) ou Registro de Responsabilidade Técnica registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (RRT/CAU) relativa(o) ao projeto básico ou executivo, com indicação do responsável pela elaboração de plantas, orçamento-base, especificações técnicas, composições de custos unitários, cronograma físico-financeiro e outras peças técnicas, assinada(o) pelo engenheiro/arquiteto/técnico em edificações responsável E pelo representante legal.
RO-15	Anotação de responsabilidade técnica registrada no Conselho Regional de Engenharia (ART/CREA) ou Registro de Responsabilidade Técnica registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (RRT/CAU) relativa(o) à fiscalização, assinada(o) pelo engenheiro/arquiteto/técnico em edificações responsável E pelo representante legal. Obs.: Caso o engenheiro/arquiteto/técnico em edificações responsável pela elaboração do projeto básico também seja o fiscal designado para a obra, poderá ser emitida um(a) única(o) ART/CREA ou RRT/CAU para ambas as atividades técnicas.
RO-16	Planilha Orçamentária de Custos, assinada pelo engenheiro/arquiteto/técnico em edificações responsável E pelo representante legal. Obs.: Todos os campos da planilha de custos deverão ser preenchidos pelo convenente, inclusive regime de execução da obra (direta/indireta) e percentual do BDI.
RO-17	Cronograma Físico-Financeiro da reforma ou obra assinado pelo engenheiro/arquiteto/técnico em edificações responsável E pelo representante legal.
RO-18	Memória de cálculos quantitativos físicos da Planilha Orçamentária de Custos, assinada pelo engenheiro/arquiteto/técnico em edificações responsável.
RO-19	Memorial descritivo de projeto básico ou executivo assinado pelo engenheiro/arquiteto/técnico em edificações responsável.
RO-20	Declaração sobre o atendimento às exigências de acessibilidade para deficientes físicos assinada pelo engenheiro/arquiteto/técnico em edificações responsável E pelo representante legal (SE FOR O CASO).
DOCUMENTO QUE COMPROVE A REGULARIDADE DO IMÓVEL DA INTERVENÇÃO	
Registro do Imóvel, Certidão de Inteiro Teor ou Certidão de Ônus Reais do Imóvel emitida nos últimos 12 meses antes da apresentação da proposta de plano de trabalho que comprove a sua propriedade. Obs.: No caso de imóvel pertencente a órgão ou entidade da Administração Pública diverso do convenente, deverá ser apresentada autorização expressa da titular para a realização da reforma ou obra.	
OU	
Um dos documentos de comprovação de situação possessória de acordo com o art. 10 da Resolução Conjunta. Ex. 1: Termo de Cessão de Uso realizado por instrumento público pelo prazo mínimo de 10 anos a contar da data de apresentação da proposta, acompanhado de registro do imóvel em nome do cedente. Ex. 2: Escritura Pública de Doação, acompanhada de registro do imóvel em nome do doador. Obs.: O concedente pode solicitar a apresentação do registro de imóvel em nome do proprietário, certidão de inteiro teor ou certidão de ônus reais do imóvel emitida nos últimos 12 meses a contar da data de apresentação de proposta de plano de trabalho, para a segurança jurídica do convênio de saída.	
OU	
Em se tratando de situações de interesse social e garantia de direitos fundamentais de saúde, moradia, educação, saneamento básico, mobilidade, lazer e proteção do patrimônio cultural, quando se tratar de área pública, declaração assinada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, sob as penas do art. 299 do Código Penal, de que a área é considerada de uso comum do povo ou de domínio público. Obs.: São áreas de domínio público ruas, avenidas e praças. Locais de uso particular NÃO são considerados de domínio público ou uso dominial.	
OU	
Em se tratando de situações de interesse social e garantia de direitos fundamentais de saúde, moradia, educação, saneamento básico, mobilidade, lazer e proteção do patrimônio cultural, quando se tratar de área privada, autorização formal do proprietário do terreno no qual será executada a reforma ou obra.	
OU	
Em se tratando de situações de interesse social e garantia de direitos fundamentais de saúde, moradia, educação, saneamento básico, mobilidade, lazer e proteção do patrimônio cultural, quando se tratar de área privada, declaração assinada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, sob as penas do art. 299 do Código Penal, de que a área é ocupada por famílias de baixa renda, em posse justa, mansa e pacífica por pelo menos cinco anos, fundamentada e tecnicamente reconhecida pelo concedente, acompanhada de parecer favorável da Advocacia-Geral do Estado – AGE – em análise de caso concreto.	
OU	
LICENÇA AMBIENTAL OU TERMO DE COMPROMISSO DE ATENDIMENTO DAS EXIGÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL	
Licenças ambientais pertinentes ao projeto, tais como: Autorização Ambiental de Funcionamento (AAF), Licenças Prévias (LP), de Instalação (LI) e de Operação (LO), ou Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA).	
OU	
Termo de compromisso de atendimento das exigências da legislação ambiental, assinado pelo representante legal (SE FOR O CASO).	
RO-22	Projeto aprovado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico – IEPHA – ou pelo instituto municipal responsável pelo tombamento do imóvel (SE FOR O CASO).
OU	
Documentação complementar a depender do objeto de reforma ou obra. Obs.: Solicitar orientação do concedente sobre a necessidade de apresentação de documentos complementares adicionais. Ex. 1: Autorização do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DEER – ou do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT –, no caso de pavimentação em faixa de domínio. Ex. 2: Avaliação de conformidade de projeto, no caso de obras com estrutura de concreto armado e protendido. Ex. 3: Declaração de Capacidade Técnica do responsável, no caso de projeto para obra de arte especial.	

Belo Horizonte, 11 de março de 2024.  
Elizabeth Jucá e Mello Jacometti  
Secretária de Estado de Desenvolvimento Social

444 cm -11 1915206 - 1

**DIRETORIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS**  
**CONVÊNIO 118/2012 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COMERCINHO.**  
O Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, no uso de suas atribuições, informa que as contas do Convênio nº 118/2012, celebrado entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e a Prefeitura Municipal de Comercinho 18.414.615/0001-20, foram aprovadas com ressalvas, em 01 de março de 2024, nos termos da legislação vigente.  
Belo Horizonte, 11 de março de 2024  
Elizabeth Jucá e Mello Jacometti  
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social  
**3 cm -11 1915306 - 1**

**DIRETORIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS**  
**CONVÊNIO 1210/2011 - ASSOCIAÇÃO CRISTÁ BANCO DA SOLIDARIEDADE, DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS.**  
O Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, no uso de suas atribuições, informa que as contas do Convênio nº 1210/2011, celebrado entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e a Associação Cristá Banco da Solidariedade, do município de Montes Claros 10.320.290/0001-04, foram aprovadas com ressalvas, em 01 de março de 2024, nos termos da legislação vigente.  
Belo Horizonte, 11 de março de 2024.  
Elizabeth Jucá e Mello Jacometti  
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social  
**3 cm -11 1915307 - 1**

**DIRETORIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS**  
**CONVÊNIO 086/2013 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANÉSIA.**  
O Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, no uso de suas atribuições, informa que as contas do Convênio nº 086/2013, celebrado entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e a Prefeitura Municipal de Guaraniésia, CNPJ 17.900.473/0001-48, foram aprovadas com ressalvas, em 04 de março de 2024, nos termos da legislação vigente.  
Belo Horizonte, 11 de março de 2024  
Elizabeth Jucá e Mello Jacometti  
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social  
**3 cm -11 1915304 - 1**

**Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais - Idene**

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**  
Termo de Cooperação Técnica celebrado entre o Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – IDENE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.888.232/0001-89 e o município de Manga inscrito no CNPJ/MF nº 18.270.447/0001-46. Objeto: conjugação de esforços entre as partes para a implantação/ execução, no município/entidade de Manga, do Programa Aquisição de Alimentos na modalidade Incentivo à Produção e ao Consumo do Leite, por meio da aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e sua destinação, com distribuição gratuita para famílias inscritas no CadÚnico, com perfil 1 Bolsa Família, e para as pessoas assistidas pelas entidades credenciadas, em conformidade com o DECRETO Nº 11.802, de 28 de novembro de 2023, resolução nº 02/PAA/ GG de 15 de junho de 2023 e das normas emanadas pelo Grupo Gestor do Programa Aquisição de Alimentos (GGPAA). Vigência: A vigência deste instrumento será da data da sua publicação no Diário Oficial de Minas Gerais até 31/03/2024, podendo ser prorrogada mediante a assinatura de termo aditivo, se de acordo estiverem as partes, nos termos do artigo 57 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993. Assinam em 08/03/2024: Anastacio Guedes Saraiva como cooperado e Saramireis Patrícia Ferreira Castro como cooperante.

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**  
Termo de Cooperação Técnica celebrado entre o Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – IDENE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.888.232/0001-89 e a Entidade Núcleo Educacional e Assistência Social - Estrela no Município de Manga inscrito no CNPJ/MF nº 25.208.588/0001-02. Objeto: conjugação de esforços entre as partes para a implantação/ execução, na entidade Núcleo Educacional e Assistência Social - Estrela no Município de Manga, do Programa Aquisição de Alimentos na modalidade Incentivo à Produção e ao Consumo do Leite, por meio da aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e sua destinação, com distribuição gratuita para famílias inscritas no CadÚnico, com perfil 1 Bolsa Família, e para as pessoas assistidas pelas entidades credenciadas, em conformidade com o DECRETO Nº 11.802, de 28 de novembro de 2023, resolução nº 02/PAA/ GG de 15 de junho de 2023, resolução nº 82 de 17 de junho de 2020 e das normas emanadas pelo Grupo Gestor do Programa Aquisição de Alimentos (GGPAA). Vigência: A vigência deste instrumento será da data da sua publicação no Diário Oficial de Minas Gerais até 31/03/2024, podendo ser prorrogada mediante a assinatura de termo aditivo, se de acordo estiverem as partes, nos termos do artigo 57 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993. Assinam em 07/03/2024: Fernando Antônio Gonçalves como cooperado e Saramireis Patrícia Ferreira Castro como cooperante.  
**11 cm -11 1915148 - 1**

**Secretaria de Estado de Fazenda**  
AF 2º NÍVEL GUAXUPÉ  
RESUMO DO TERMO DE ADESAO AO CONVÊNIO  
PROCESSO SEI Nº 1190.01.0002615/2024-30  
Torna sem efeito a vigência da Adesão do Município de Muzambinho ao Convênio de Mútua Cooperação para instalação e funcionamento do SIAT publicada na pág. 31, col. 3, no MG de 09/03/2024.  
Lúcio Teixeira Lopes  
Titular da Superintendência Regional da  
Fazenda Varginha – 11/03/2024.  
**2 cm -11 1915430 - 1**

**Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias**

**SUBSECRETARIA DE TRANSPORTES E MOBILIDADE**  
**NOTIFICAÇÃO**  
Conforme instrução dos autos e nos termos da legislação pertinente, em especial o Decreto Estadual nº 45.902/2012 e a Resolução SEINFRA nº 38/2023, determino a suspensão do processo administrativo SEI nº 1300.01.0001913/2023-69, referente a possível instauração de Processo Administrativo Punitivo em desfavor da Concessionária Minas Arena Gestão de Instalações Esportivas S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 13.012.956/0001-55. Conforme documentos instruídos nos autos do processo SEI nº 1300.01.0001913/2023-69.  
Aaron Duarte Dalla  
Gestor do Contrato Subsecretário de Transportes e Mobilidade  
**3 cm -11 1915459 - 1**

**EXTRATO DE CONTRATO**  
Contratante: Estado de Minas Gerais por intermédio da Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias - SEINFRA; Contratado: SOUZA CAMARGOS ENGENHARIA LTDA. CNPJ: 42.055.192/0001-83. Instrumento: Contrato nº 9414305/2024. Edital nº 113/2023. Objeto: Elaboração de projetos executivos para reforma e ampliação da superintendência regional de ensino - SRE de Montes Claros, unidade integrante da Secretaria de Educação, localizada

no município de Montes Claros, estado de Minas Gerais. Valor: R\$ 451.579,38 (quatrocentos e cinquenta e um mil quinhentos e setenta e nove reais e trinta e oito centavos), referente a abril de 2023. Dotação Orçamentária 1261.12.368.110.4410.449051 Fontes: 10.1 e 21.1. SEI nº 1300.01.0006769/2023-04. Assinatura: 11/03/2024. Signatários: Debora Dias do Carmo, por contratante; Felipe Henrique Camargos, por contratado.

**EXTRATO DE CONTRATO**  
Contratante: Estado de Minas Gerais por intermédio da Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias - SEINFRA; Contratado: KS Arquitetura e Construção LTDA. CNPJ: 16.906.004/0001-73. Instrumento: Contrato nº 9414113/2024. Edital nº 120/2023. Objeto: Elaboração de projetos executivos para regularização do processo de segurança contra incêndio e pânico (PSCIP), adequação à acessibilidade e projetos executivos complementares para Escola Estadual Dom Pedro II, unidade integrante da Secretaria de Estado de Educação, localizada no município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais. Valor: R\$ 187.182,38 (cento e oitenta e sete mil cento e oitenta e dois reais e trinta e oito centavos), referente a abril de 2023. Dotação Orçamentária 1261.12.368.110.4410.449051 Fontes: 10.1 e 21.1. SEI nº 1300.01.0007468/2023-46. Assinatura: 08/03/2024. Signatários: Debora Dias do Carmo, por contratante; Villy Schleu Anuniação, por contratada.  
**7 cm -11 1915265 - 1**

**EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE OFÍCIO**  
Extrato de Prorrogação de Ofício ao Convênio nº 5191000012/2016. Partes: MGI e o Município de Formiga, com intervenção da SEINFRA. Objeto: aditamento por ofício da vigência do convênio. Vigência: 12/01/2025. Assinatura: 11/03/2024. Processo SEI nº 1300.01.0001303/2020-58.

Extrato de Prorrogação de Ofício ao Convênio nº 5191000562/2016. Partes: MGI e o Município de Novo Cruzeiro, com intervenção da SEINFRA. Objeto: aditamento por ofício da vigência do convênio. Vigência: 13/01/2025. Assinatura: 11/03/2024. Processo SEI nº 1300.01.0008576/2020-15.

Extrato de Prorrogação de Ofício ao Convênio nº 5191000111/2016. Partes: MGI e o Município de Riachinho, com intervenção da SEINFRA. Objeto: aditamento por ofício da vigência do convênio. Vigência: 28/09/2026. Assinatura: 11/03/2024. Processo SEI nº 1300.01.0004120/2021-44.

**4 cm -11 1915152 - 1**

**CONSELHO DE TRANSPORTE COLETIVO INTERMUNICIPAL E METROPOLITANO – CT SÚMULA Nº SEI 099 DA 5ª REUNIÃO REALIZADA DE FORMA ONLINE NO DIA 05 DE MARÇO 2024**  
Aos cinco dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro, às 9h30, (nove horas e trinta minutos), reuniram-se de forma virtual, a Senhora Presidente Lorena Milagres Peron e os seguintes Conselheiros: Fernanda da Rocha Ozório, Fernando Antônio Soares Bezerra, Fernando Márcio Mendes, Márcio Ivanei do Nascimento, Marcos de Castro Pinto Coelho, Marcos Márcio da Rocha Ferreira, Michelle Guimarães Carvalho Guedes e Rodrigo Lázaro da Silva. Foram justificadas as ausências dos Conselheiros efetivos e suplentes da PMMG/CPRV, Cap. PM Warley Dias dos Santos e Cb. PM Victor Augusto Peixoto. Na sequência, a Presidente fez a conformação do quórum para o início da 5ª reunião (quinta reunião), e, havendo número suficiente de Conselheiros titulares ou suplentes no exercício da titularidade, a reunião foi iniciada. Em prosseguimento, a Presidente fez a abertura informando alguns assuntos de interesse do Colegiado, a saber: (1) datas das próximas reuniões; (2) dados gerais dos trabalhos realizados no CT; (3) parabenizou antecipadamente os Conselheiros aniversariantes do mês de março a saber: Kleber Antônio Soares - 13/03 – SEINFRA/DOP, Zaira Carvalho Silveira - 16/03 - SINDPAS e Marcos Márcio da Rocha Ferreira - 17/03 - SEINFRA. Após, a palavra foi passada aos Conselheiros para relatos dos processos distribuídos, conforme pauta. PROCESSOS DELIBERADOS EM CONFORMIDADE COM A LEI DELEGADA Nº 128, DE 25 DE JANEIRO DE 2007: ORDEM DO DIA. DELIBERAÇÃO DO CONSELHO Nº 265/2024: Auto de Infração E0000006865, Recorrente: Expresso Gardênia Ltda., deliberou, por maioria, negar provimento ao

recurso. DELIBERAÇÃO DO CONSELHO Nº 266/2024: Auto de Infração E0000039382, Recorrente: Viação Pássaro Verde Ltda., deliberou, por maioria, negar provimento ao recurso. DELIBERAÇÃO DO CONSELHO Nº 267/2024: Auto de Infração E00039789, Recorrente: Empresa Santa Maria Ltda., deliberou, por maioria, negar provimento ao recurso. DELIBERAÇÃO DO CONSELHO Nº 268/2024: Auto de Infração E0000039445, Recorrente: Viação Pássaro Verde Ltda.7, deliberou, por maioria, negar provimento ao recurso. DELIBERAÇÃO DO CONSELHO Nº 269/2024: Auto de Infração E0000049477, Recorrente: Viação Pássaro Verde Ltda., deliberou, por maioria, negar provimento ao recurso. DELIBERAÇÃO DO CONSELHO Nº 270/2024: Auto de Infração E000024894, Recorrente: SARITUR - Santa Rita Transporte Urbano e Rodoviário, deliberou, por maioria negar provimento ao recurso. DELIBERAÇÃO DO CONSELHO Nº 271/2024: Auto de Infração E0000044309, Recorrente: Viação Pássaro Verde Ltda., deliberou, por maioria, pelo cancelamento de Ofício do Auto de Infração. DELIBERAÇÃO DO CONSELHO Nº 272/2024: Auto de Infração E000004311, Recorrente: Viação Pássaro Verde Ltda., deliberou, por maioria, pelo cancelamento de Ofício do Auto de Infração. DELIBERAÇÃO DO CONSELHO Nº 273/2024: Auto de Infração E0000044519, Recorrente: Viação Pássaro Verde Ltda., deliberou, por maioria, pelo cancelamento de Ofício do Auto de Infração. DELIBERAÇÃO DO CONSELHO Nº 274/2024: Auto de Infração E0000044678, Recorrente: Viação Pássaro Verde Ltda., deliberou, por maioria, pelo cancelamento de Ofício do Auto de Infração. DELIBERAÇÃO DO CONSELHO Nº 275/2024: Auto de Infração E0000028406, Recorrente: Empresa Gontijo de Transporte Ltda., deliberou, por maioria, negar provimento ao recurso, contra o voto da relatoria. Prevaleceu o Voto nº 23 e 24 dos processos 2300.01.0124859/2021-75 e 2300.01.0124856/2021-59, proferido pelo Conselheiro Marcio Ivanei do Nascimento – DER/MG. DELIBERAÇÃO DO CONSELHO Nº 276/2024: Auto de Infração E0000046238, Recorrente: Viação Pássaro Verde Ltda., deliberou, por maioria, negar provimento ao recurso. DELIBERAÇÃO DO CONSELHO Nº 277/2024: Auto de Infração E0000046365, Recorrente: Viação Pássaro Verde Ltda., deliberou, por maioria, negar provimento ao recurso. DELIBERAÇÃO DO CONSELHO Nº 278/2024: Auto de Infração E0000046362, Recorrente: Viação Pássaro Verde Ltda., deliberou, por maioria, negar provimento ao recurso. DELIBERAÇÃO DO CONSELHO Nº 279/2024: Auto de Infração E0000046308, Recorrente: Viação Pássaro Verde Ltda., deliberou, por maioria, negar provimento ao recurso. DELIBERAÇÃO DO CONSELHO Nº 280/2024: Auto de Infração E0000046303, Recorrente: Viação Pássaro Verde Ltda., deliberou, por maioria, negar provimento ao recurso. DELIBERAÇÃO DO CONSELHO Nº 281/2024: Auto de Infração E0000046299, Recorrente: Viação Pássaro Verde Ltda., deliberou, por maioria, negar provimento ao recurso. DELIBERAÇÃO DO CONSELHO Nº 282/2024: Auto de Infração E0000046296, Recorrente: Viação Pássaro Verde Ltda., deliberou, por maioria, negar provimento ao recurso. DELIBERAÇÃO DO CONSELHO Nº 283/2024: Auto de Infração E0000046294, Recorrente: Viação Pássaro Verde Ltda., deliberou, por maioria, negar provimento ao recurso. DELIBERAÇÃO DO CONSELHO Nº 284/2024: Auto de Infração E0000046293, Recorrente: Viação Pássaro Verde Ltda., deliberou, por maioria, negar provimento ao recurso. DELIBERAÇÃO DO CONSELHO Nº 285/2024: Auto de Infração E0000017908, Recorrente: Consórcio Linha Verde - RIT5, deliberou, por maioria, negar provimento ao recurso contra o voto da relatoria. Foi designado pela Presidente, de acordo com o Art. 18, Parágrafo 2º, do Regimento Interno, para redigir o voto vencedor, o Conselheiro Fernando Márcio Mendes – SEINFRA/DOP. O Conselheiro Marcos de Castro Pinto Coelho, nos termos do artigo 16 do Regimento Interno do Colegiado, apresentou declaração de voto já acostada aos autos do processo. DELIBERAÇÃO DO CONSELHO Nº 287/2024: Auto de Infração E0000017912, Recorrente: Consórcio Linha Verde - RIT5 deliberou, por maioria, negar provimento ao recurso contra o voto da relatoria. Foi designado pela Presidente, de acordo com o Art. 18, Parágrafo 2º, do Regimento Interno, para redigir o voto vencedor, o Conselheiro Fernando Márcio Mendes – SEINFRA/DOP. O Conselheiro Marcos de Castro Pinto Coelho, nos termos do artigo 16 do Regimento Interno do Colegiado, apresentou declaração de voto já acostada aos autos do processo. DELIBERAÇÃO DO CONSELHO Nº 288/2024: Auto de Infração E0000020010, Recorrente: Consórcio Linha Verde - RIT5, deliberou, por maioria, negar provimento ao recurso contra o voto da



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 3202403120032570133.